

# Posts sobre a Reforma Tributária 2025

## Post 1: Reforma Tributária 2025: O que sua Contabilidade Precisa Saber

A Reforma Tributária de 2025 no Brasil, instituída principalmente pela Emenda Constitucional nº 132 de 2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214 de 2025, representa uma das maiores transformações no sistema tributário nacional das últimas décadas. O objetivo central é simplificar a complexa teia de impostos sobre o consumo, substituindo cinco tributos (PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI) por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e uma Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), que juntos formam um IVA Dual. Além disso, foi instituído o Imposto Seletivo (IS) para desestimular o consumo de certos bens e serviços. [1]

Para os profissionais da contabilidade e as empresas, essa reforma não é apenas uma mudança de nomes de impostos, mas uma reestruturação profunda que impactará desde a formação de preços até a gestão financeira e as estratégias de venda. A Lei Complementar nº 214 detalha as operações com bens e serviços que serão tributadas, as hipóteses de não incidência e as regras para apropriação de créditos, entre outros pontos cruciais. [2]

É fundamental que contadores e empresários comecem a se adequar desde já, mesmo que a cobrança do CBS e IBS esteja prevista para iniciar de forma gradual em 2026, com transição completa até 2033. A adaptação dos sistemas de gestão, a revisão de processos internos e a capacitação das equipes são passos essenciais para evitar prejuízos e garantir a conformidade fiscal no novo cenário tributário.

### Referências:

[1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>

[2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>

## Post 2: IVA Dual: Entenda o IBS e a CBS na Nova Reforma Tributária

A espinha dorsal da Reforma Tributária de 2025 é a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados, Municípios e Distrito Federal, substituindo o ICMS e o ISS. Já a CBS será de

competência da União, substituindo o PIS e a Cofins. Essa estrutura visa unificar a tributação sobre o consumo, eliminando a cumulatividade e a complexidade do sistema atual. [1]

O princípio da neutralidade é um dos pilares do IVA Dual, buscando evitar distorções nas decisões de consumo e na organização da atividade econômica. Isso significa que a tributação deve ser a mesma, independentemente da forma como o bem ou serviço é produzido ou comercializado. Para as empresas, a transição para o IVA Dual exigirá uma revisão completa de seus processos de apuração e recolhimento de impostos, bem como a adaptação de seus sistemas de gestão fiscal. [2]

A Lei Complementar nº 214 detalha as operações que serão consideradas para fins de incidência do IBS e da CBS, incluindo a definição de bens, serviços, fornecedor e adquirente. É crucial que as empresas compreendam essas definições para garantir a correta aplicação das novas regras e evitar problemas com o fisco. A capacitação dos profissionais da contabilidade e das equipes financeiras será fundamental para navegar nesse novo cenário tributário.

## Referências:

[1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>

[2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>

## Post 3: Imposto Seletivo (IS): O que é e como afeta seu negócio

Além do IBS e da CBS, a Reforma Tributária de 2025 instituiu o Imposto Seletivo (IS), um tributo com finalidade extrafiscal, ou seja, que visa desestimular o consumo de determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Embora a Lei Complementar nº 214 não detalhe exhaustivamente todos os produtos e serviços que serão alvo do IS, a expectativa é que ele incida sobre itens como cigarros, bebidas alcoólicas, veículos poluentes e produtos extrativos. [1]

Para as empresas que atuam nesses setores, o Imposto Seletivo representará um custo adicional que deverá ser repassado ao consumidor final, impactando diretamente a formação de preços e a competitividade. É crucial que as empresas avaliem o potencial impacto do IS em seus produtos e serviços, ajustando suas estratégias comerciais e financeiras para mitigar os efeitos negativos. A transparência na informação ao consumidor sobre a incidência desse imposto também será um ponto importante. [2]

Os contadores terão um papel fundamental em auxiliar as empresas a compreender a base de cálculo e as alíquotas do Imposto Seletivo, bem como a garantir a correta apuração e recolhimento desse novo tributo. Acompanhar de perto a regulamentação específica do IS será essencial para evitar surpresas e assegurar a conformidade fiscal.

## Referências:

- [1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>
- [2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>

## Post 4: Reforma Tributária e Contabilidade de Custos: O que Muda na Formação de Preços

A Reforma Tributária de 2025 trará mudanças significativas para a contabilidade de custos e, consequentemente, para a formação de preços de produtos e serviços. Com a substituição de múltiplos tributos por um IVA Dual (IBS e CBS), as empresas precisarão reavaliar suas estruturas de custos e precificação. A eliminação da cumulatividade, um dos principais objetivos da reforma, significa que os impostos pagos em etapas anteriores da cadeia produtiva poderão ser integralmente creditados, o que pode reduzir o custo final de alguns produtos e serviços. [1]

No entanto, a transição para o novo sistema exigirá uma análise minuciosa de cada componente de custo, desde a aquisição de insumos até a venda final. A forma como os créditos serão apurados e utilizados, bem como a incidência do Imposto Seletivo sobre determinados itens, demandará uma revisão das metodologias de custeio e das estratégias de precificação. Empresas que não se adaptarem rapidamente correm o risco de perder competitividade ou de incorrer em erros fiscais. [2]

Os contadores serão peças-chave nesse processo, auxiliando as empresas a recalcular seus custos, simular cenários de precificação e identificar oportunidades de otimização tributária. A compreensão aprofundada das novas regras de creditamento e da incidência dos impostos será crucial para garantir que a formação de preços reflita a realidade do novo sistema tributário e mantenha a rentabilidade do negócio.

## Referências:

- [1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>
- [2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>

## Post 5: Reforma Tributária 2025: Impacto nas Pequenas Empresas e Simples Nacional

A Reforma Tributária de 2025 traz questionamentos importantes para as pequenas empresas, especialmente aquelas enquadradas no Simples Nacional. Embora o Simples Nacional seja um regime diferenciado e simplificado, a reforma do consumo impactará indiretamente essas empresas, principalmente na relação com seus fornecedores e clientes. A Lei Complementar nº 214 prevê que as empresas do Simples Nacional não serão contribuintes do IBS e da CBS, mas poderão se beneficiar dos créditos gerados por seus fornecedores que já estiverem no novo regime. [1]

Um dos pontos de atenção é a necessidade de adaptação dos sistemas de emissão de notas fiscais, que deverão ser mais transparentes e destacar a alíquota dos novos impostos, mesmo para empresas do Simples Nacional. Isso exigirá a atualização de softwares de gestão e a capacitação das equipes para lidar com as novas exigências. Além disso, a reforma pode influenciar a decisão de permanência ou saída do Simples Nacional para algumas empresas, dependendo da sua estrutura de custos e do setor de atuação. [2]

Contadores especializados em pequenas empresas terão um papel crucial em orientar seus clientes sobre as melhores estratégias para se adaptar à reforma, avaliando os impactos na cadeia de valor e auxiliando na tomada de decisões sobre o regime tributário mais vantajoso. Acompanhar as regulamentações específicas para o Simples Nacional será fundamental para garantir a conformidade e otimizar a carga tributária.

### Referências:

[1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>

[2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>

## Post 6: Cronograma da Reforma Tributária: Prepare-se para a Transição Gradual

A Reforma Tributária de 2025 não será implementada de uma só vez, mas sim de forma gradual, com um cronograma de transição que se estende até 2033. Essa fase de transição é crucial para que empresas e contadores possam se adaptar às novas regras sem grandes impactos. A cobrança do IBS e da CBS está prevista para iniciar em 2026, com alíquotas

reduzidas, e a substituição completa dos tributos antigos ocorrerá progressivamente ao longo dos anos. [1]

Durante o período de transição, haverá uma coexistência do sistema tributário atual com o novo, o que exigirá atenção redobrada das empresas para garantir a correta apuração e recolhimento dos impostos. A Lei Complementar nº 214 estabelece as diretrizes para essa transição, incluindo a forma como os créditos acumulados no sistema antigo poderão ser utilizados no novo regime. É fundamental que as empresas acompanhem de perto o cronograma e as regulamentações específicas de cada fase. [2]

Os contadores desempenharão um papel estratégico nesse período, auxiliando as empresas a planejar a transição, a gerenciar os riscos e a aproveitar as oportunidades que surgirão com o novo sistema. A antecipação e o planejamento serão essenciais para garantir uma transição suave e evitar problemas com o fisco. A capacitação contínua sobre as novas regras e o acompanhamento das atualizações legislativas serão indispensáveis para os profissionais da contabilidade.

## Referências:

[1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>

[2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>

## Post 7: Simplificação Tributária: Menos Burocracia para sua Empresa?

Um dos principais argumentos a favor da Reforma Tributária de 2025 é a promessa de simplificação do sistema tributário brasileiro, conhecido por sua complexidade e burocracia. A substituição de cinco tributos por um IVA Dual (IBS e CBS) e a unificação de legislações estaduais e municipais em um único imposto sobre o consumo visam reduzir a quantidade de obrigações acessórias e a necessidade de interpretações complexas da legislação. [1]

Para as empresas, a simplificação pode se traduzir em menos tempo e recursos dedicados ao cumprimento das obrigações fiscais, permitindo que se concentrem mais em suas atividades-fim. A expectativa é que a padronização das regras e a redução da guerra fiscal entre os estados e municípios criem um ambiente de negócios mais previsível e favorável ao investimento. No entanto, a fase inicial de transição pode gerar um aumento temporário da complexidade, à medida que as empresas se adaptam ao novo sistema. [2]



Os contadores terão um papel crucial em guiar as empresas por essa fase de adaptação, garantindo que a simplificação prometida se materialize em benefícios reais. A compreensão das novas regras de apuração, a automação dos processos fiscais e a capacitação das equipes serão essenciais para aproveitar ao máximo as vantagens da reforma e minimizar os desafios da transição.

## Referências:

[1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>

[2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>

## Post 8: Reforma Tributária 2025: Impactos Setoriais e Oportunidades de Negócio

A Reforma Tributária de 2025, ao unificar impostos sobre o consumo e introduzir o Imposto Seletivo, terá impactos diferenciados em diversos setores da economia. Setores que hoje pagam altas cargas tributárias, como o de serviços, podem se beneficiar da desoneração, enquanto outros, como o de bens e produtos, podem ter suas margens afetadas pela nova estrutura de créditos e débitos. A Lei Complementar nº 214 estabelece as bases para essas mudanças, mas a regulamentação específica para cada setor ainda será crucial. [1]

Empresas de tecnologia, por exemplo, podem encontrar um ambiente mais favorável para inovação e crescimento, dada a simplificação e a possibilidade de maior aproveitamento de créditos. Já setores como o de bebidas e tabaco, que provavelmente serão alvo do Imposto Seletivo, precisarão reavaliar suas estratégias de produção e comercialização. A reforma também pode incentivar a formalização de negócios e a atração de investimentos, ao tornar o ambiente tributário mais transparente e previsível. [2]

Para os contadores, é fundamental desenvolver expertise nos impactos setoriais da reforma, oferecendo consultoria especializada para seus clientes. A identificação de oportunidades de otimização tributária, a reestruturação de operações e a análise de novos modelos de negócio serão serviços de alto valor agregado. Acompanhar as discussões e regulamentações específicas de cada setor será essencial para antecipar cenários e auxiliar as empresas a se posicionarem estrategicamente.

## Referências:

[1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>

[2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>

## Post 9: Tecnologia e Automação: Ferramentas Essenciais na Era da Nova Reforma Tributária

A Reforma Tributária de 2025, com a introdução do IBS e da CBS, exigirá das empresas e escritórios de contabilidade um nível ainda maior de tecnologia e automação em seus processos fiscais. A complexidade da transição, a necessidade de apuração de créditos e débitos no novo modelo e a transparência exigida nas notas fiscais tornarão inviável a gestão manual ou com sistemas desatualizados. A Lei Complementar nº 214, embora não detalhe as ferramentas, pressupõe a capacidade das empresas de se adaptarem tecnologicamente. [1]

A atualização de softwares de gestão (ERPs), a implementação de soluções de automação fiscal e a integração de sistemas serão cruciais para garantir a conformidade e a eficiência. A capacidade de gerar relatórios precisos, simular cenários tributários e auditar informações em tempo real será um diferencial competitivo. Além disso, a segurança dos dados e a proteção contra fraudes se tornarão ainda mais relevantes no novo ambiente tributário. [2]

Para os contadores, a familiaridade com as novas tecnologias e a capacidade de orientar seus clientes na escolha e implementação das melhores soluções serão indispensáveis. A automação de tarefas repetitivas liberará tempo para análises mais estratégicas e consultoria de alto valor agregado. Investir em tecnologia não é mais uma opção, mas uma necessidade para sobreviver e prosperar na era da nova reforma tributária.

### Referências:

[1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>

[2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>

## Post 10: O Contador como Estrategista na Nova Reforma Tributária

A Reforma Tributária de 2025 eleva o papel do contador de mero apurador de impostos a um estrategista fundamental para o sucesso das empresas. Com a complexidade da transição, a necessidade de reestruturação de processos e a busca por otimização fiscal, o

conhecimento e a expertise do profissional contábil se tornam mais valiosos do que nunca. A Lei Complementar nº 214, ao detalhar as novas regras, exige uma interpretação aprofundada e a capacidade de traduzir a legislação em ações práticas para os negócios. [1]

O contador será o principal guia para as empresas navegarem pelo novo sistema, auxiliando na revisão de contratos, na adaptação de sistemas, na análise de impactos na cadeia de valor e na tomada de decisões estratégicas. A consultoria especializada em planejamento tributário, a identificação de oportunidades de créditos e a gestão de riscos fiscais serão serviços de alta demanda. Além disso, a capacitação das equipes internas das empresas sobre as novas regras também será uma atribuição importante do contador. [2]

Para se destacar nesse novo cenário, o contador precisará investir em atualização constante, dominar as ferramentas tecnológicas e desenvolver uma visão estratégica do negócio de seus clientes. A proatividade, a capacidade analítica e a comunicação clara serão diferenciais para se posicionar como um parceiro essencial na jornada de adaptação à Reforma Tributária. O futuro da contabilidade passa pela consultoria e pela atuação estratégica, e a reforma de 2025 é o catalisador dessa transformação.

## **Referências:**

[1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>

[2] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/textos-legais/tramitacao-plp-68-2024-1.pdf>